

## Globalização, mercantilização e exploração das competências languageiras

Florence Carboni\*

It was intended that when Newspeak had been adopted once and for all and Oldspeak forgotten, a heretical thought - that is, a thought diverging from the principles of Ingsoc - should be literally unthinkable, at least so far as thought is dependent on words.

George Orwell, 1984

Na segunda metade dos anos 1990, tive o prazer de participar da redação de um opúsculo com o historiador Mário Maestri, resultado de nosso trabalho de investigação linguístico-histórica sobre a imigração camponesa italiana no Rio Grande do Sul, do Oito- Novecentos. Investigação que daria igualmente origem, entre outras publicações, ao livro de Mário Maestri, *Os senhores da serra: A colonização italiana no Rio Grande do Sul [1875-1914]* (Maestri, 2000), e à minha tese de doutorado *Eppur si parlano: Étude diachronique d'un cas de contact linguistique dans le RS* (Carboni, 2002). Denominamos o opúsculo *Mi son talian, grassie a Dio!* Globalização, nacionalidade, identidade étnica e irredentismo linguístico na Região Colonial Italiana do RS [RCI], em alusão a uma das palavras de ordem identitárias que circulavam na época na capital do Rio Grande do Sul e na antiga RCI, sobretudo nos vidros traseiros de carros (Carboni e Maestri, s.d.).

---

\* Doutora em Linguística pela Université Catholique de Louvain (Bélgica). Atualmente é professora na UFRGS - Universidade Federal do Rio Grande do Sul, onde, na graduação, trabalha na Licenciatura e Bacharelado em Línguas Modernas - Italiano e Teoria da Tradução, e, no programa de pós-graduação, é docente na área Estudos da Linguagem e na especialidade Teorias do Texto e do Discurso. Suas linhas de pesquisa são principalmente em «Linguagem em contexto social» - Sociolinguística não quantitativa e estudo do Discurso numa perspectiva histórico-materialista e interdisciplinar -, trabalhando igualmente com contatos de línguas - imigração e escravidão - e políticas linguísticas.

Naquele trabalho, procuramos encontrar as razões e implicações do fato da língua *talian* ter-se tornado o elemento simbolizante por excelência de uma hipotética identidade vêneta, surgida no decorrer dos anos 1980, no contexto de profunda crise econômica brasileira e de nova expansão industrial italiana, concentrada entre outras regiões, no nordeste da península e, mais especificamente, no Vêneto. O *talian*, também chamado de vêneto brasileiro ou de vêneto sulriograndense, é o nome de uma suposta língua veicular nascida no século 19 da mescla de dialetos lombardo-vênetos e de português. Ela foi assim batizada, gramatizada e dicionarizada por ítalo-descendentes, militantes culturais da região, alguns dos quais autores das palavras de ordem acima referidas.

Sobretudo graças à perspicácia histórica de Mário Maestri, elaboramos a proposta de que o surgimento de fenômenos etnocentristas e separatistas, que tinham na língua seu cavalo de batalha, como o que se desenrolava na antiga RCI, ligava-se à chamada *Nova Ordem Internacional*. Essa, eclodida após a «dissolução do chamado Bloco Socialista», ensejou forte aceleração e reorientação do processo de globalização e internacionalização da produção capitalista, que recuperou espaços econômico-sociais perdidos havia, naquele então, mais de oitenta anos e passou a reorganizar o mundo segundo suas necessidades (Carboni e Maestri, s.d.:17). Mostramos, mais especificamente, que, nesse novo cenário, as sociedades e suas práticas languageiras eram, e provavelmente prosseguiriam sendo, exploradas, direta e indiretamente, para que a produção capitalista pudesse maximizar seus lucros. Evidenciamos igualmente o fato que os Estados nacionais tenderiam a ser superados e substituídos por blocos supranacionais, nos quais, no entanto, algumas poucas nações – Estados Unidos e Alemanha, por exemplo – teriam um poder cada vez mais hegemônico em decisões estratégicas, sobretudo econômico-financeiras (Idem:17 *et seq.*).

Nesse novo cenário, contrariamente ao que vinha acontecendo desde o século 17, preconizávamos que «os territórios nacionais desenvolvidos» procuravam «separar-se dos atrasados, do ponto de vista político, social e econômico». Tornava-se também indispensável que algumas regiões do mundo passassem a conhecer «formas reduzidas ou inexistentes de independência nacional», para que as nações e as entidades supranacionais ricas pudessem importar, quando precisassem, «em forma desembaraçada», «uma classe trabalhadora, agora metamorfoseada em estrangeira», muitas vezes clandestina e, portanto, mais facilmente explorável (Idem: 22).

As predições daquele opúsculo revelaram-se tendencialmente corretas. Nas quase duas décadas que nos separa de sua publicação, o contexto histórico ali descrito evoluiu até mais rapidamente do previsto. O chamado neoliberalismo

hegemônico, no contexto de um capitalismo em profunda crise estrutural, ensejou uma radicalização das tendências insinuadas nos anos 1990. Sobretudo nos países antes desenvolvidos e ricos, o mercado de trabalho foi profunda e radicalmente desregulado. Ali, sob o suposto imperativo do pagamento de dívidas nacionais abismais, houve uma ainda maior retração do Estado em relação ao setor privado, no que diz respeito a serviços essenciais – saúde, educação, etc. –, progressivamente melhor ajustados às necessidades do grande capital. A crise financeira que eclodiu em 2008 nos Estados Unidos aprofundou mais ainda essas tendências avassaladoras.

### Um dos efeitos linguísticos da globalização

Em *Le marché aux langues : Les effets linguistiques de la mondialisation*, publicado em 2002, o sociolinguista francês Louis-Jean Calvet mostra, entre outros fenômenos, que a globalização produziu um grande mercado, na acepção que esse termo adquiriu na economia política, isto é, uma entidade abstrata que se tornou eixo central do liberalismo econômico. Nele, cada vez mais, as línguas são fortemente hierarquizadas e têm cotações, à maneira das ações na bolsa. As mais altas cotações ficam com os idiomas que se encontram no centro deste sistema avaliativo; os que permanecem na extrema periferia são destinados a, progressivamente, desaparecer (Calvet, 2002: 189). Esse modelo gravitacional baseia-se no princípio de que todas as línguas estão vinculadas entre elas por falantes bilíngues ou plurilíngues e que os sistemas de bilinguismo e plurilinguismo são hierarquizados e determinados por relações de força, necessariamente desequilibradas em favor de algumas línguas (idem: 26).

A partir desse modelo, Calvet considera haver, no mundo globalizado, uma única língua *hipercentral*, o inglês, cujos falantes têm a maior tendência ao monolinguismo. Ao redor do inglês, articularam-se uma dezena de línguas *supercentrais* (entre elas, o chinês, o espanhol, o português, o alemão, o francês, o árabe), cujos falantes nativos tendem a ter como segunda língua a língua hipercentral ou outra língua supercentral. As línguas supercentrais, por sua vez, seriam eixo de gravitação para cerca de duzentas línguas *centrais* (entre as quais se encontraria, por exemplo, o italiano), que atrairiam cinco a seis mil línguas *periféricas*. Ressaltamos que Calvet refere-se apenas a línguas nacionais, desconsiderando propositadamente as dezenas de milhares de dialetos, já que o modelo gravitacional, apenas um entre tantos que procuram organizar a configuração das línguas do mundo a partir de critérios vários, constitui

necessariamente uma redução e simplificação da realidade linguística, sempre muito mais rica e complexa.

Ao lado da sua «cotação» ou valor no grande mercado globalizado, as línguas têm valor em outro mercado, não mais abstrato e virtual, mas concreto e real, que Calvet compara à feira livre ou ao mercadinho da esquina. Neste tipo de micromercado das línguas, os falantes parecem comunicar-se apesar dos obstáculos –impostos pelo próprio contato linguístico–, procurando soluções veiculares na sua interação verbal e prática social. Nesse mercado, na aparência, os falantes praticam as línguas em função de suas necessidades e possibilidades, sem supostamente se preocupar com a cotação das línguas no outro grande mercado globalizado.

O linguista francês mostra no entanto que a liberdade de escolha do falante é ilusória, assim como o é nossa liberdade de escolha quando adquirimos produtos de consumo no supermercado da esquina. Trata-se de uma escolha forçada, uma pseudo-liberdade, pois as dinâmicas desses micromercados linguageiros são necessariamente influenciados pelo valor das línguas no mercado internacional. Por exemplo, esse último influencia os pais na hora de escolher a língua estrangeira que seus filhos vão aprender. Ou o bilíngue quando dá preferência a uma ou outra das línguas do seu repertório em função dos contextos comunicacionais. E isso acabaria favorecendo as línguas hiper e supercentrais, que são as línguas das nações econômica e politicamente hegemônicas.

A acelerada e profunda degradação social, cultural e ambiental que a hegemonia capitalista globalizada causou na última década tem tido efeitos não apenas em nível macro-sociolinguístico, isto é, na configuração das línguas faladas no mundo. Tem deixado também sequelas em nível microsociolinguístico: no modo como os falantes gerem seus repertórios e suas interações linguageiras; na maneira como enxergam suas respectivas línguas e as dos outros, etc. Tem igualmente transformado as atitudes e os discursos dominantes sobre essas questões. Discursos que obedecem a mecanismos cada vez mais sofisticados, determinados pelas sempre mais complexas relações de força e apostas geopolíticas.

### **Competências linguísticas mercantilizadas**

A mercantilização da língua e das práticas linguageiras em função da maximização dos lucros da produção capitalista, à qual já acenávamos no opúsculo *Mi son talian, grassie a dio*, constitui hoje um fenômeno bastante tangível no novo cenário econômico-político mundializado, apesar de, ao nosso ver, ainda não ter

recebido a devida atenção por parte das ciências da linguagem. No artigo «Neolibéralisme, inégalités sociales et plurilinguisme: l'exploitation des ressources langagières et des locuteurs», publicado em 2011, Alexandre Duchêne examina uma das manifestações desse fenômeno. A partir da premissa de que, na nova ordem econômica, o setor de serviços ocupa um lugar cada vez mais privilegiado em relação aos setores primário e secundário, Duchêne mostra que, nesse setor, a «linguagem [...] passou a não ser mais acessória [...] ao contrário, tornou-se uma ferramenta central e até mesmo a *matéria prima* dessa economia»<sup>1</sup> (Duchêne, 2011: 83).

Nas últimas décadas, nos acostumamos com as denúncias de abusos praticados, em países considerados desenvolvidos, nos setores primário e secundário, particularmente por empresas agrícolas e da construção civil, que utilizam trabalhadores estrangeiros (sobretudo africanos e asiáticos, mas também europeus –rumanos, albaneses, búlgaros, etc.–, preferencialmente clandestinos, pagando salários em média 40% inferiores às retribuições mínimas nacionais e num total desrespeito às jornadas de trabalho fixadas legalmente, valendo-se da situação irregular dos trabalhadores (Amnesty Internacional, 2012). Nesse tipo de contexto produtivo, o conhecimento incompleto e, não raro, o total desconhecimento da língua ou de dialetos do país não constituem um obstáculo.

No que concerne a maximização dos lucros e a exploração, em muitos casos descomedida, dos seus trabalhadores, as empresas da nova economia de serviços encontram-se em uma perfeita continuidade ideológica em relação a suas congêneres dos setores primário e secundário. O noticiário está cheio de denúncias trabalhistas multitudinárias que envolvem grandes firmas de serviços, como as empresas aéreas –as chamadas *low cost* sobretudo–, de telefonia, etc. A diferença é que, nas empresas de serviço, a linguagem, e mais especificamente o plurilinguismo, tende a ocupar um lugar de destaque. Trata-se de companhias predominantemente globalizadas, com uma clientela internacional, que requer recursos humanos capazes de garantir esses contatos multilíngues.

Na pesquisa acima mencionada, Duchêne fala de «palavra-de-obra», num pastiche de «mão-de-obra». Antes dele, outros cunharam termos como «trabalhadores da linguagem» (Boutet *apud* Duchêne, *op.cit.*: 84) e «*word-force*», no modelo «*work-force*» (Heller *apud* Duchêne, *op.cit.*: 84). Nesse novo contexto de serviços, a língua adquire um valor de mercado, de rentabilidade econômica e não apenas simbólico, de distinção social, como propunha Bourdieu, em *Ce que*

---

<sup>1</sup> Todas as traduções das citações de obras estrangeiras são nossas.

*parler veut dire* (1982). E é claro que, nesse novo cenário, algumas línguas possuem mais «valor» que outras, como preconizado no mencionado modelo gravitacional de Calvet.

A pesquisa de campo de Duchêne, realizada numa perspectiva etnográfica<sup>2</sup>, consistiu em observar e interagir, durante um ano, com os funcionários de uma empresa terceirizada de gestão de bagagens e passageiros, no aeroporto internacional de Zurique, na Suíça. Na empresa em questão, atuavam três categorias de trabalhadores: os que tinham contato com a clientela; os que se ocupavam da assistência especial e os que trabalhavam no setor das bagagens. A distinção entre os três cargos era principalmente de ordem linguística e de visibilidade. Os trabalhadores da primeira categoria –considerados «trabalhadores visíveis»– precisavam ter um excelente domínio, oral e escrito, do alemão e do inglês, e bases sólidas em francês. Os da segunda categoria –os «semi-visíveis»– precisavam conhecer muito bem o alemão e o inglês, no registro oral. Os da terceira categoria –os «invisíveis»– deviam falar apenas o alemão. Duchêne observou igualmente que se exigia dos funcionários «visíveis» que dominassem também a língua local, o alemânico ou suíço-alemão. O que não era exigido dos trabalhadores das duas outras categorias.

Esses parâmetros linguísticos determinados por uma empresa terceirizada, em um aeroporto de grande porte, em ponto estratégico da Europa, é conforme ao *ranking* das línguas proposto por Calvet no seu modelo gravitacional. Até aqui, portanto, nada de se estranhar. Sequer o fato de que o italiano, uma das quatro línguas nacionais da Suíça, não fosse exigido de nenhum empregado. Ou que o francês, outra língua nacional, falada por 20% dos suíços, considerada por Calvet uma língua super-central ao mesmo título que o alemão, ocupasse um lugar secundário em relação a este último, no microcosmo do aeroporto de Zurique.

São outros os fenômenos inquietantes nos resultados obtidos por Duchêne. Um deles é o fato de a empresa não preconizar melhores salários para quem fosse mais qualificado linguisticamente, nem prever investimentos para melhorar a competência dos seus empregados nas línguas que considera indispensáveis ao bom funcionamento de atividades essenciais para sua sobrevivência enquanto empresa. Ou seja, por um lado, a responsabilidade pela plena competência nas línguas

---

<sup>2</sup> Metodologicamente, a abordagem etnográfica pressupõe sempre um trabalho de campo, na qual o pesquisador interage com os pesquisados, na visão que as práticas linguageiras inscrevem-se em processos de construção de sentidos, numa articulação entre as condições de produção da linguagem e as práticas sociais reais.

exigidas pela empresa recaí total e exclusivamente sobre o trabalhador, sem nenhum investimento por parte da empresa. Por outro, há uma espécie de naturalização e banalização dessa competência, que a desvaloriza e, com ela, os que a possuem. Choca igualmente o fato da companhia examinada por Duchêne, em uma lógica de maximização dos resultados financeiros, contratar cada vez mais imigrantes para ocupar vagas na terceira categoria –bagagistas– sem sequer exigir deles o domínio da língua alemã. Ou seja, esses trabalhadores não apenas são invisíveis como são também emudecidos –na mesma lógica que os trabalhadores africanos colhedores de tomates no sul da Itália–.

É ainda mais preocupante que, em caso de necessidades, consideradas aleatórias ou imprevisíveis, as competências linguísticas singulares daqueles funcionários invisíveis e emudecidos sejam eventualmente exploradas. De fato, a companhia mantém um registro de línguas, consideradas «exóticas», das quais são falantes nativos os bagagistas «invisíveis», na sua maioria imigrados, afim de recorrer a elas –e não propriamente aos sujeitos que as falam– quando é preciso garantir a comunicação com passageiros que não falam nenhuma das línguas «previsíveis». Essa lista intitula-se «Uebersetzer für seltene Sprachen» –tradutores-intérpretes de línguas raras– e constitui, para a empresa, um «verdadeiro instrumento de trabalho na gestão da diversidade lingüística» em um espaço singular como o aeroporto em questão (Idem: 97). Tudo isso, sem que essas competências linguageiras, inventoriadas e exploradas, sejam minimamente remuneradas. Isto é, sem que os falantes portadores dessas competências sejam beneficiados, permanecendo inteiramente com a companhia o valor agregado por eles produzidos.

### **Era uma vez o Estado-nação**

Seja na sua versão revolucionário-democrática, como na França, seja na sua variante nacionalista, como na Alemanha, o Estado-nação nasceu com a necessidade de que seu povo fale uma única língua. Desde o século 18 –ou antes, em alguns casos –, até poucas décadas atrás, quando do início da globalização, esse paradigma permaneceu fortemente hegemônico. Na era dos Estados nacionais, era preciso que uma única língua fosse associada, na consciência dos falantes, a certas práticas e a certos produtos culturais comuns. Além de, se possível, a sentimentos pátrios. As grandes línguas nacionais tornaram-se verdadeiramente comuns aos habitantes dos Estados-nação a elas associados no contexto das grandes modificações sociais originadas pela instauração do Estado centralizado, com suas

instituições [escola, serviço militar obrigatório, etc.], e do desenvolvimento do capitalismo, com os fenômenos a eles implícitos: industrialização, urbanização, transformação de cidadãos em consumidores, desenvolvimento da mídia, etc. (Hobsbawm *apud* Carboni, 2002: 107).

Essas instituições e dinâmicas socio-econômicas, culturais e ideológicas, ligadas à construção dos Estados nacionais, enfraqueceram progressivamente as línguas não oficiais, que raramente haviam sido descritas ou normatizadas, assim como os idiomas de populações minoritárias, minorados no seu valor funcional e prestígio. Esse processo de edificação dos Estados nacionais que determinou internamente a hegemonia de uma língua sobre outras, repercutiu-se nas relações de força entre as línguas do planeta. Algumas poucas línguas nacionais – espanhol, português, francês, holandês, inglês, etc. – tornaram-se alternadamente dominantes, processo que se radicalizou no contexto colonialista e pós-colonialista (Calvet, 2002/2).

Os ideólogos das classes dominantes ofuscaram a complexidade e o sentido histórico-dialético de tais processos glotofágicos, de centralização, hegemonia e colonialismo lingüísticos. Naturalizaram literalmente o monolinguismo nacional. A língua, agora aparentemente comum a todos os membros da nação, passou a ser apresentada como se sempre tivesse existido e como se ela tivesse dado origem à nacionalidade e não o contrário. Tal percepção deu-se também graças à contribuição, consciente e inconsciente, de escritores, filólogos, gramáticos, historiadores e cientistas sociais, não necessariamente orgânicos das classes no poder.

O soviético Bakhtin lembrava que «a «poética de Aristóteles, a de Santo Agostinho, a poética eclesiástica medieval da ‘língua única da verdade’, a poética cartesiana do neo-classicismo, o universalismo gramatical abstrato de Leibniz (sua idéia de ‘gramática universal’), o ideologismo concreto de Humboldt, expressam, com diversas nuances, as mesmas forças centrípetas da vida social, lingüística e ideológica, servem a única e mesma tarefa de centralização e unificação das línguas européias. A vitória de uma única língua preeminente (dialeto) sobre as outras, a expulsão de certas linguagens, sua submissão, o ensino através da ‘verdadeira palavra’, a participação dos Bárbaros e das classes sociais inferiorizadas à linguagem única da cultura e da verdade, a canonização dos sistemas ideológicos, a filologia, com seus métodos de estudo e de ensino das línguas mortas (e, como tudo aquilo que já morreu, de fato, unificadas), a ciência das línguas indo-européias, que, da multidão de línguas, passa a uma só língua mãe, tudo isso determinou o conteúdo e a força da categoria da linguagem ‘uma’ no pensamento



lingüístico e estilístico, assim como seu papel criador, estilizador para a maioria dos gêneros poéticos, que se constituíram na corrente dessas mesmas forças centrípetas da vida verbal e ideológica.» (Bakhtine, 1978: 96).

### Intervenções linguísticas centralizadoras

A ideologia monolíngue que dominou as eras moderna e contemporânea constituiu o baluarte para políticas e intervenções linguísticas, manifestas e desfarçadas. Por *intervenção linguística*, entende-se, por um lado, uma *política* forjada no seio de organismos de decisões, relativa às línguas faladas em determinado território; por outro, uma *planificação*, por vezes complexa, realizada por intermédio de setores técnicos-administrativos [gramáticos, informáticos, linguistas, pedagogos, professores, propagandistas, etc.].

A intervenção linguística pode dar-se sobre o *corpus* da(s) língua(s), impondo uma certa pronúncia, ampliando o vocabulário, modificando a ortografia e o alfabeto, normatizando e gramatizando um dialeto ou variedade linguística antes praticados apenas no registro oral, etc. Foi uma intervenção sobre o corpus da língua turca a chamada «revolução linguística», preconizada por Mustafá Kemal, concretizada nos vinte anos seguintes à fundação daquela república [1923], que entre outras medidas, adotou um alfabeto de tipo latino, em substituição ao árabe (Calvet, 1997: 55-72).

A intervenção lingüística do Estado pode também se dar sobre o *estatuto* da(s) língua(s). Por exemplo, pode promover dialetos ou línguas não oficiais, falados em parte do território, dando-lhes um *status* de línguas nacionais ou regionais. Ou até mesmo, substituir uma língua por outra enquanto língua oficial. A descolonização da África foi um campo fértil para esse tipo de intervenção lingüística. Em muitos casos, a língua do colonizador (inglês, francês, etc.) foi substituída por línguas nativas, que passaram a ser línguas oficiais, obrigatórias, em âmbitos públicos – escola, governo, etc. Nesse caso, a ação no *estatuto* acompanhou-se necessariamente de uma ação no *corpus* dessas línguas, geralmente não escritas (Idem: 75-98).

A *intervenção linguística* do Estado é uma intervenção *in vitro*, o que a diferencia das ações praticadas *in vivo*, pelos próprios falantes. As dezenas de milhares de locutores de diversos dialetos itálicos afins, sobretudo do norte-nordeste da península, que imigraram para o nordeste do Rio Grande do Sul a partir de fins do século 19, praticaram uma verdadeira intervenção *in vivo*, espontânea e

inconsciente, quando amenizaram progressivamente as diferenças estruturais de seus dialetos, para tornar possível a comunicação (Carboni, 2002). A ação sobre a língua praticada *in vivo* pode não ser tão espontânea e inconsciente. Em algumas situações de forte conflito social, grupos subalternizados e excluídos, com um domínio deficitário da língua oficial e uma consciência da estigmatização e discriminação que atingem seus *dialetos* e variedades linguísticas, podem valorizar e transformar seus falares em marcas identitárias, em vez de substituí-los pela variedade de prestígio. Foi o caso, entre muitos outros, do *black english vernacular* ou inglês não padrão (Labov, 1972).

Uma intervenção linguística *in vitro*, pensada e consciente, do Estado ou com a sua conivência, pode ser proposta e aplicada em forma aberta ou não. No século XVIII, em forma aberta, Pombal decretou obrigatório o uso do português nos territórios ultramarinos do Brasil, para reverter a tendência, em algumas regiões do Brasil, a uma quase hegemonia das línguas gerais tupis. Entre 1937 e 1945, foi patente a finalidade nacionalista do governo Vargas, ao emitir dezenas de decretos tornando obrigatório o uso do português em um grande número de domínios sociais – repartições públicas, escolas, quartéis, etc. (Carboni, 2002: 315 *et seq.*).

Uma intervenção linguística *in vitro* pode não ocorrer necessariamente mediante uma legislação explicitamente linguística e ter, mesmo assim, efeitos reais, profundos e duradouros nas práticas languageiras. Certas políticas podem influir diretamente no devir languageiro dos membros de comunidades sociais. O Estado Novo levou adiante sua política de nacionalização das populações imigradas por meio de medidas destinadas a diluir as concentrações étnicas, instaurar cotas mínimas de brasileiros nas colônias e limitar a entrada de estrangeiros no país. O número sempre maior de lusófonos permitiu ao português competir e impor-se às línguas da imigração. E, antes dos decretos-leis de 1937-1945, após a proclamação da República, operou-se lentamente uma nacionalização indireta, através da implantação de escolas públicas brasileiras nos territórios de forte concentração não-portuguesa, criando as condições para que crianças e adolescentes se familiarizassem com o português enquanto língua objeto e língua meio do ensino. Os efeitos sociolinguísticos foram profundos e duradouros, na medida em que as novas gerações tornaram-se falantes nativos efetivos dessa língua e vetores da aculturação linguística de seus pais (Idem).

O centralismo do Estado-nação deu-se também e sobretudo no mundo das ideias, produzidas, veiculadas, interiorizadas através da linguagem verbal. As classes hegemônicas e o Estado que as representa podem intervir indiretamente sobre as visões de mundo das massas subalternizadas, através dos seus «sistemas

ideológicos» (Voloshinov, 2003 [1930]: 113) –ciência, arte, filosofia, escola, literatura, televisão, cinema, etc. O Estado pode igualmente tentar intervir confessadamente nessas visões de mundo, sobretudo de setores sociais a ele antagônicos. O capítulo IV do decreto-lei 1.006, de 30 de dezembro de 1938, que estabelecia as condições de produção, importação e utilização do livro didático, proibia, no seu art. 20, o uso de todo manual «que atente, de qualquer forma, contra a unidade, a independência ou a honra nacional»; «que contenha, de modo explícito, ou implícito, pregação ideológica ou indicação de violência contra o regime político adotado pela nação»; «que encerre qualquer afirmação ou sugestão, que induza o pessimismo ao poder e ao destino da nação brasileira»; «que desperte ou alimente a oposição e a luta entre as classes sociais», etc.<sup>3</sup>

### Monolinguismo, pra que te quero?

Nas últimas décadas, à exceção de sistemáticas intervenções ideológico-discursivas, ainda essenciais para as instâncias de poder, as políticas linguísticas com tendências nacionalizantes, homogeneizantes e centralizadoras que acabamos de apresentar parecem ter perdido parte de sua utilidade. No Brasil, o projeto de lei 1676, apresentado em 1999 pelo então deputado federal Aldo Rabelo, do PCdoB, que dispunha «sobre a promoção, a proteção, a defesa e o uso da língua portuguesa e [dava] outras providências» (Faraco, 2001:177-181), foi logo objeto de muitíssimas críticas por parte da intelectualidade brasileira, a começar pelos linguistas. Uma das críticas era que o deputado idealizara seu projeto de lei a partir de motivações declaradamente nacionalistas, de proteção da língua portuguesa contra uma suposta descaracterização determinada pela invasão indiscriminada de estrangeirismos (leia-se anglicismos)<sup>4</sup>, em uma visão acientífica, que reifica as línguas, e sem conhecimento nem preocupação com as reais necessidades da população, sobretudo das camadas subalternizadas, nas suas práticas languageiras. No que se refere ao anacronismo da proposta, é sintomático o fato do projeto nunca ter sido aprovado pelo Senado e ter sido rapidamente esquecido, até mesmo por seu autor.

---

<sup>3</sup> Esses trechos do decreto-lei de 1938 foram retirados dos anexos da dissertação de mestrado de Cláudia Mara Sganzerla, defendida na UPE, sob a orientação do professor Mário Maestri, e que deu origem ao livro *A lei do silêncio: repressão e nacionalização no Estado Novo em Guaporé (1937-1945)*.

<sup>4</sup> O texto integral do projeto de lei encontra-se em (Faraco, 2002: 177-181).

Na mesma ótica, foi amplamente criticada, dentro e fora da Ucrânia, a intervenção linguística centralizadora do novo parlamento daquele país, surgido do golpe de Estado de fevereiro de 2014, mesmo por aqueles que apoiaram esse golpe. Essa intervenção consistiu na revogação de uma lei votada pelo legislativo ucraniano, promulgada em 2012, que concedia estatuto de línguas cooficiais a 18 idiomas minoritários, incluindo o russo, que adquiria assim estatuto de língua regional em 13 das 27 divisões administrativas com alto percentual de russófonos, entre elas Kiev. A decisão glotofágica dos golpistas contribuiu certamente para a declaração de independência da Criméia, em março do mesmo ano.

Segundo Cécile Canut, a «associação língua-nação», que se baseava, entre outras justificativas, num discurso de elevação social para as populações que passariam a «compartilhar o tesouro da língua» nacional, tem mudado progressivamente, «no contato com construções discursivas e políticas bem mais relativistas» (Canut 2010, *apud* Canut e Duchêne, 2011: 6). A linguista francesa atribui essa transformação à nova supremacia mundial do modelo de identidade coletiva característico da Alemanha, identidade fundada mais no *ethnos* que no *demos*. *Ethnos* que «associa a cultura à territorialidade, às raízes, às origens, a uma comunidade e à etnia» (Sériot 1997 *apud* Canut e Duchêne, 2011: 6), ao contrário do *demos*, ligado à racionalidade, universalidade e ao *pacto social*, como preconizava o iluminismo francês. Para nós, uma potente razão para tal mudança de paradigma é a superação da antiga organização do mundo em Estados nacionais, ensejada pela globalização, por sua vez determinada pela necessidade do capitalismo de manter suas taxas de lucro. No novo cenário, «expressam-se fortes tendências neo-separatistas de regiões enriquecidas que almejam romper laços com territórios nacionais, marginais ou periféricos» (Carboni e Maestri, s.d.: 20). Precisamente as mesmas regiões que um ou dois séculos antes defenderam ferreamente a sua unidade territorial, contra as reivindicações de regiões periféricas, exasperadas pelo semicolonialismo interno.

Nas últimas duas ou três décadas, em processo aparentemente paradoxal, a globalização do capital tem incentivado a «formação de espaços regionais com formas reduzidas ou inexistentes de independência nacional, a fim que a circulação de capitais, força de trabalho, mercadorias, matérias-primas e tecnologias desenvolva-se, nas melhores condições possíveis, segundo suas necessidades» (Idem: 22). Essa *balcanização* de parte do mundo realiza-se por meio de discursos de cunho étnico-cultural e linguístico, aparentemente progressistas, de valorização da diversidade linguístico-cultural, de incentivo do plurilinguismo, de defesa de culturas e línguas minoritárias e minoradas, no modelo do *ethnos*, como proposto por Canut.

Esse fenômeno aconteceu na República Socialista Federativa da Iugoslávia, dissolvida na década de 1990, sob a ação política e militar da União Europeia e dos Estados Unidos, apesar desses últimos países serem entre os maiores e mais solidamente protegidos Estados-nação. De grande Estado, exemplarmente plurilíngue, com no mínimo quatro línguas e dois alfabetos, e plurireligioso, com três religiões, a Iugoslávia foi fragmentada em diversas pequenas repúblicas. Nesse longo, doloroso e sangrento processo de desintegração nacional da Iugoslávia, a Alemanha teve um papel de liderança. Alemanha que acabara, no início daquela mesma década, de viver um processo literalmente oposto, de reunificação, através da anexação pela República Federal Alemã da República Democrática Alemã, logo após a derrubada do muro de Berlim, início do processo de aceleração da globalização.

Nas duas últimas décadas assistiu-se à extinção, dissolução, enfraquecimento, avançados, concluídos ou ainda em ato, de inúmeros outros Estados-nação – Iraque, Afeganistão, Líbia, Síria, Sudão, etc. – com resultados calamitosos do ponto de vista humanitário, econômico, social, linguístico-cultural. Os interesses políticos e sobretudo econômicos que motivam esses processos de desestabilização política, quase sempre desencadeados pelo incentivo e financiamento de grupos supostamente rebeldes fortemente armados, costumam acompanhar-se dos mesmos discursos, em aparência progressistas, amplamente divulgados na mídia. Esse grande sistema globalizado de propaganda, muito eficaz, lança mão de mecanismos bastante elaborados, que remetem a saberes e opiniões que, apoiados no senso comum, quando descontextualizadas, são dificilmente contestáveis.

### **Para que servem os linguistas?**

Em geral, fora do círculo dos linguistas, existe pouca informação e consciência sobre as complexas problemáticas que envolvem as línguas e a linguagem verbal. Prevaecem na sociedade concepções simplistas que vêem a língua como algo «quase natural, despido de história, de ideologia, de tensão e conflitos internos» (Carboni e Maestri, 2008: 129). É também comum deparar-se com cientistas sociais – antropólogos, historiadores, sociólogos – com um saber aproximativo e vulgar quanto ao funcionamento das línguas e da linguagem verbal, mesmo quando suas investigações utilizam prioritariamente o texto escrito e oral.

Como lembra a sociolinguista Françoise Gadet (2004: 88), isso se deve ao fato de que, se os sociolinguistas tem tido a preocupação de se apropriar do seu

objeto de estudo a partir de uma observação relativamente atenta e meticulosa das formas linguísticas e das práticas languageiras objetivas, eles não conseguiram tornar acessíveis ao grande público o resultado de suas investigações. Não contribuindo suficientemente ao desenvolvimento de uma consciência languageira que deveria ser cultivada desde a infância, através da escola. O mesmo poderia ser dito quanto a outras áreas das ciências da linguagem, em particular a Análise do Discurso.

Devido à crescente atomização do saber universitário, as áreas das ciências da linguagem que, em algum grau, envolvem-se em pesquisas relacionadas aos vínculos entre a linguagem verbal e a sociedade, costumam não dialogar entre si e com outros campos do conhecimento, a começar pela História. Cada domínio do conhecimento linguístico trabalha com suas próprias categorias teóricas e metodológicas, abortando a possibilidade de alcançar um conhecimento mais abrangente de seu objeto. Os ritmos lentos da produção e os espaços cada vez mais especializados e restritos da divulgação do conhecimento acadêmico determinam igualmente que a produção científica encontre-se relativamente defasada em relação à evolução dos fenômenos languageiros e discursivos objetivos. Evolução que nunca pára, precipitando-se em algumas conjunturas históricas.

Os próprios temas e objetos preferenciais de muitos centros de pesquisa em ciências da linguagem tendem a encontrar-se igualmente defasados em relação às mudanças em curso: acontecimentos nevrálgicos no complexo mundo da interação social; seus desequilíbrios; suas demandas languageiras; seus mecanismos de opressão através da língua, etc. As ciências da linguagem não sempre tem contribuído para uma melhor compreensão das contradições profundas a que estão submetidas as relações sociais e que as práticas languageiras apenas expressam.

No mundo ocidental, a referida ideologia do monolinguismo, que, em alguns países estava em gestação desde os séculos XV-XVI, começou a ser questionada apenas nos anos 1960-70, centenas de anos após o surgimento das nações e décadas após o estrago linguístico operado pelo imperialismo nos territórios por ele colonizados. A consciência dessas problemáticas deu-se com o surgimento de uma linguística mais social, no contexto das vitórias relativas obtidas pelo mundo do trabalho no chamado Ocidente. Esses avanços, no campo das idéias linguísticas, concretizaram-se através da vontade de «dinamizar as estruturas» e do acrescido interesse pela história, pelo sujeito, pelo social, «que tinha[m] sido recalçado[s] pelo estruturalismo» (Dosse, 1994: 142). Desse processo, nasceram a Sociolinguística e a Análise do Discurso, entre outras áreas do conhecimento linguístico.

A Sociolinguística mostrou, entre outros fenômenos, a dificuldade de se encontrar situações de interação verbal completamente monolíngües. Evidenciou, assim, o quanto a diversidade fosse intrínseca às práticas languageiras e o plurilinguismo, predominante nos intercâmbios reais. A Análise do Discurso apontou a «imbricação constante do político, do ideológico e do linguístico» (Gardin, 2005: 39). O que permitiria desvendar os mecanismos discursivos com que os Estados promoveram o centralismo linguístico e a discriminação dos falares minoritários.

Também nos anos 1970, quando surgiu a possibilidade de uma linguística outra, que desvendasse a linguagem enquanto atividade significativa, linguistas franceses e estadunidenses revelaram e traduziram análises de cunho dialético-materialista sobre essas questões, realizadas por cientistas sociais soviéticas, entre os quais encontram-se Mikhail Bakhtin e Valentin Voloshinov (Idem:28). Esses estudos, realizados no clima de efervescência intelectual proporcionado pela revolução de 1917, revelaram a centralidade de reflexões pluridisciplinares e complexas sobre a linguagem e as línguas, que levariam cerca de meio século para serem discutidas no Ocidente (Carboni, 2012: 75 *et seq.*).

### Uma *novilíngua* na era da barbárie

Ao tentar desvendar as implicações languageiras, discursivas e sociais dos processos de construção das línguas únicas nacionais, sociolinguistas e analistas do discurso trouxeram uma contribuição teórica considerável. Questionaram a ideologia monolíngue hegemônica na imensa maioria dos Estados-nação; denunciaram as sofisticadas formas de opressão lingüística e discursiva; comprovaram o caráter inoperante e pernicioso da discriminação de línguas, dialetos e variedades linguísticas, em situações sociais plurilíngues e pluridialectais, etc. No entanto, como mostramos, a crise em que se encontra o capitalismo mudou as cartas na mesa, tornando o jogo mais difícil e impiedoso, exigindo pesquisas mais refinadas, mais pluridisciplinares, para acompanhar de mais perto as atuais mudanças.

Como vimos, a nova ordem econômica deu impulso para uma reorganização geopolítica e linguística do mundo, promovendo a *línguas nacionais* idiomas antes considerados dialetos, reduzindo a abrangência territorial de outros, enquanto fortaleceu o prestígio e «valor de mercado» de poucas línguas hiper e supercentrais. Provocou notáveis mudanças nas práticas languageiras dos seres humanos, nas

diversas esferas do intercâmbio social, a começar pelo trabalho, sobretudo em alguns setores estratégicos da nova economia global, onde a hegemonia de algumas línguas não pára de se fortalecer. No plano ideológico, como vimos, a nova ordem econômico-política mundial tem lançado mão de discursos aparentemente progressistas, para alcançar seus objetivos ardilosos. Entre eles, uma aparente revalorização da diversidade linguística e do plurilinguismo, sugerindo que tivessem finalmente sido atendidas as reivindicações dos especialistas quanto ao reconhecimento dos benefícios do plurilinguismo em termos cognitivos e culturais. Quando, na verdade, o que a globalização tem produzido foi apenas «o descontínuo, a fronteira e, portanto, a [velha] unidade» (Canut, 2001: 164).

Nesse novo contexto, há uma transformação tendencial do paradigma da instrumentalização das línguas (Canut e Duchêne, 2011: 5). As ciências sociais e, particularmente, as ciências da linguagem devem portanto munir-se de aparatos epistemológicos mais sofisticados para «desvendar os processos que levam a produzir e reproduzir velhas e novas formas de desigualdades sociais na base da língua» (Duchêne, 2011:104). No romance *1984*, de George Orwell, o partido *Ingsoc*, no poder na *Oceania*, preconizava que, progressivamente, todos abandonassem sua língua originária, a *oldspeak* [*ancilíngua*], e passassem a usar apenas a *newspeak* [*novilíngua*]. O objetivo dessa nova língua oficial, ainda em formação, era reduzir ao mínimo as possibilidades de escolha das palavras a fim de diminuir o domínio do pensamento da população, tornando absoluto o controle do Estado sobre ela.

Para alcançar essa meta, entre as complexas normas lexicais e gramaticais previstas, não se deixaria subsistir nenhuma palavra considerada dispensável, eliminando-se todo e qualquer termo visto como indesejável e suprimindo-se, das palavras restantes, qualquer significado secundário, de modo que a cada significante correspondesse apenas um único significado, afastando qualquer possível ambiguidade conceitual e qualquer brecha para equívocos e pensamentos antagônicos. Quanto ao vocabulário relacionado a âmbitos ideológicos –vocabulário B, em oposição ao vocabulário A que continha as palavras da vida quotidiana–, ele era submetido a regras sintáticas e semânticas tão complexas que apenas os que tinham um perfeito domínio dos princípios do *Ingsoc*, isto é, a classe dominante e dirigente daquele Estado, conseguiam empregá-lo corretamente (Orwell: 210).

Entre outras características, no vocabulário B, todas as palavras eram abreviadas numa forma simples e facilmente pronunciável, na qual eram reduzidas ao mínimo as marcas etimológicas e as possibilidades de associações com outros



termos, com o mundo real, com a memória de classe. Em termos bakhtinianos, poderíamos dizer que, dessas palavras, eliminava-se qualquer dialogismo. Por exemplo, o poder em Oceania intuía que as «palavras ‘Internacional comunista’ [...] evocam uma imagem compósita, fraternidade humana universal, bandeiras vermelhas, barricadas, Karl Marx, Comuna de Paris, enquanto que a palavra ‘Comintern’ sugere simplesmente uma organização fortemente unida e um corpo de doutrinas bem definido. Refere-se a um objeto quase tão reconhecível e limitado no seu uso quanto uma cadeira ou uma mesa. *Comintern* é uma palavra que pode ser pronunciada quase sem pensar, enquanto que *Internacional comunista* é uma frase na qual somos obrigados a nos deter, ao menos por um momento.» (Idem: 214).

No romance, o mundo é dividido entre três *super-states*. A grande Oceania é formada pelas três Américas, pelas ilhas britânicas, por parte da África e da Austrália. A Eurasia compreende a Europa e a Rússia [já não mais URSS] e a Eastasia, o menor dos três Estados, era formado de China, Japão e outros países do sul asiático. Os três *super-states* estão permanentemente em guerra, formando alianças conjunturais entre eles. São guerras «de objetivos limitados entre combatentes que são incapazes de destruir um ao outro [...] e não estão divididos por nenhuma real diferença ideológica.» Lutam sobretudo para dominar regiões, situadas entre suas fronteiras, que não pertencem a nenhum dos três impérios, e a potencial força de trabalho constituída por seus habitantes (Idem: 130).

Muitos leitores dessa narrativa associaram a Oceania à URSS e a *newspeak* à *língua de madeira* da fase stalinista daquele país. Há evidentemente outras leituras possíveis e bem mais prováveis. Uma delas é que o romance, escrito por volta de 1948, tenha sido em parte motivado pela recente barbárie nazi-fascista e pela guerra. A ficção do romance pode igualmente não constituir inteiramente uma distopia associada ao totalitarismo de Stalin ou do nazi-fascismo, mas represente um prenúncio, determinando pela sensibilidade social de Orwell, de uma das evoluções possíveis do mundo sob hegemonia do capitalismo. Afinal Orwell vivenciou alguns anos do Macartismo, quando governos dos Estados Unidos – e, atrás deles, seus aliados – empregaram uma espécie de política *novilinguística*, da mesma laia que a de seus congêneres stalinistas.

Hoje, o cenário descrito por Orwell não está mais tão inverossímil para quem consegue enxergar além das aparências. Os grandes blocos supra-nacionais já constituem uma realidade. Algumas regiões do mundo, marginalizadas e empobrecidas, já constituem reservas de força de trabalho barata para o capitalismo, fenômeno traduzido pelo termo limpo e despersonalizado de *delocalização*. Nas

últimas décadas, as guerras imperialistas têm sido permanentes, já fazendo parte da «ordem das coisas». Hoje, são muitos e de diversos universos profissionais e ideológicos, os que suspeitam a nova ordem econômica mundial de estar lançando mão, semi oficialmente, desse artifício linguístico-discursivo de manipulação ideológica. Uma versão atualizada da *langue de bois*, que «tende a se fazer passar pelo real, a representá-lo sem distâncias, a constituir um equivalente dele» (Gadet e Pêcheux, 2004: 98). Discursos que não nos são impostos por um partido único no poder, como em 1984, mas que entram naturalmente na nossa vida e no nosso discurso a partir das multitudinárias tramas de «enunciados [individuais] investidos de autoridade» (Bakhtin, 2003: 294), reiterados ininterruptamente, nas redes sociais e na mídia com as quais convivemos intimamente. Enunciados de políticos e intelectuais de prestígio, jornalistas etc, que «dão o tom» (idem) à visão de mundo de massas de seres humanos. O objetivo é sobretudo fazer «sistematicamente aparecer como progressistas os recuos sociais e como ‘conservadoras’ as resistências populares aos ditos recuos» (Gastaud, 2004).

## Bibliografia

- AMNESTY INTERNACIONAL (2012). «Italia: rapporto di Amnesty International sullo sfruttamento dei lavoratori migranti nell’agricoltura», <<http://www.amnesty.it/italia-rapporto-sullo-sfruttamento-dei-lavoratori-migranti-in-agricoltura>>
- BOURDIEU, Pierre (1982). *Ce que parler veut dire: L’économie des échanges linguistiques*, Fayard, Paris.
- BAKHTINE, Mikhail (2003). *Linguaggio e scrittura*, Meltemi, Roma.
- BAKHTINE, Mikhail (1978). *Esthétique et théorie du roman*, Gallimard, Paris.
- CALVET, Louis-Jean (2002). *Le marché aux langues: Les effets linguistiques de la mondialisation*, Plon, Paris.
- CALVET, Louis-Jean (2002). *Linguistique et colonialismo: Petit traité de glottophagie*, Payot, Paris.
- CALVET, Louis-Jean (1997). *Las políticas lingüísticas*, Edicial, Buenos Aires.
- CANUT, Cécile (2001). «Pour une nouvelle approche des pratiques langagières», *Cahiers d’études africaines*, 163-164, <<http://etudesafricaines.revues.org/101>>.
- CANUT, Cécile e DUCHÊNE, Alexandre (2011). «Introduction.

- Instrumentalixations politiques et économiques des langues: le plurilinguisme en question», *Langage et société*, 2011/2, n°136, p.5-12.
- CARBONI, Florence, (2002), *Eppur si parlano: Etude diachronique d'un cas de contact linguistique dans le Rio Grande do Sul (Brésil)*, UPF Editora, Passo Fundo.
- CARBONI, Florence e MAESTRI, Mário (s.d.). *Mi son talian, grassie a dio!* Globalização, nacionalidade, identidade étnica e irredentismo linguístico na Região Colonial Italiana do RS, EDIUPF, Passo Fundo.
- CARBONI, Florence e MAESTRI, Mário (2008). *A linguagem escravizada: Língua, história, poder e luta de classes*, 2ª edição revista e ampliada, Expressão Popular, São Paulo.
- DOSSE, François (1994). *História do estruturalismo: o canto do cisne, de 1967 a nossos dias*, Ensaios, São Paulo; Ed. Unicamp, Campinas.
- DUCHÊNE, Alexandre (2011). «Néolibéralisme, inégalités sociales et plurilinguisme: l'exploitation des ressources langagières et des locuteurs», *Langage et société*, 2011/2, n°136, p.81-106.
- FARACO, Carlos Alberto (org.) (2002). *Estrangeirismos: guerras em torno da língua*. Parábola, São Paulo.
- GADET, Françoise (2004). «Mais que font les sociolinguistes ?», *Langage et société*, 2004/1, n°107, p. 85-94.
- GADET, Françoise & PÊCHEUX, Michel (2004). *A língua inatingível: discurso na história da linguística*, Pontes, Campinas.
- GARDIN, Bernard (2005). *Langage et luttes sociales*, Lambert-Lucas, Limoges.
- GASTAUD, Georges (2004). *Capitalismo exterminista ou renascimento comunista?*, Intervenção do autor no Encontro Internacional 'Civilização ou Barbárie', Serpa, Setembro de 2004. Tradução de Carlos Coutinho. <<http://resistir.info>>.
- LABOV, William (1972). «The logic of nonstandard English», in GIGLIOLI, Pier Paolo (org.), *Language and social context*, Penguin Books, Middlesex, p.179-216.
- MAESTRI, Mário (2000). *Os senhores da serra: a colonização italiana no Rio Grande do Sul (1875-1914)*, UPF, Passo Fundo.
- ORWELL, Georges (1949). *1984*, <<https://ia600800.us.archive.org/17/items/ost-english-1984-george-orwell-1937-dystopia/1984-george-orwell-1937-dystopia.pdf>>.

SGANZERLA, Cláudia Mara (2001). *A lei do silêncio: repressão e nacionalização no Estado Novo em Guaporé (1937-1945)*, UPF Editora, Passo Fundo; EST Edições, Porto Alegre.